



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009319-55.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **JOSE CRISTOVÃO DE SOUZA NETO**
 Requerido: **NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato com a ré para a prestação de serviços de telefonia, o que entretanto nunca aconteceu a contento.

Alegou ainda que em função disso devolveu os aparelhos à ré em julho/2014, almejando à rescisão do contrato sem a cobrança de qualquer multa e à devolução do valor das faturas pagas após a entrega dos aparelhos.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou a regularidade na prestação dos serviços a seu cargo.

Ao contrário do que asseverado em contestação (fl. 32, segundo parágrafo), o relato exordial é expresso ao imputar à ré a responsabilidade pela rescisão do contrato precisamente porque os serviços prestados foram ao longo do tempo de má qualidade.

Isso denota que o autor não tenciona eximir-se imotivadamente do pagamento da multa, mas deseja que isso se dê em virtude da culpa da ré ao descumprir o contrato firmado.

É relevante assinalar que ela reunia plenas condições técnicas para trazer aos autos elementos concretos e seguros que patenteassem a regularidade na prestação de seus serviços, mas não o fez, nada amealhando a esse propósito.

Impõe-se em consequência a conclusão de que à míngua de dados em direção contrária (vale repisar que o ônus de fazer prova nesse sentido incumbia à ré), o fundamento invocado pelo autor restou positivado, de sorte que a rescisão do contrato deverá implementar-se com a isenção da multa em relação ao mesmo.

De igual modo, a devolução da quantia indicada a fl. 01 é de rigor, porquanto na época dos pagamentos das faturas a ela concernentes (fls. 13 e 20) os aparelhos já não mais estavam na posse do autor, o que também não foi negado pela ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes, com isenção de qualquer ônus daí decorrente ao autor, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 472,74, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 24/25, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**